



O PENSAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

PROJEÇÕES DAS INFLUÊNCIAS DA NOSSA CONTINENTALIDADE

Carlos de Meira Mattos

Após visualizar a geoestratégia geral e a geoestratégia militar, o autor considera os principais conceitos relativos à estratégia do poder terrestre, as servidões geográficas e as lições da história politico-militar do País, para delinear a tendência de articulação da nossa Força Terrestre, na qual identifica os princípios que suspiraram o Projeto FT-90, do nosso Exército.

inspiraram?

UMA VISÃO DA GEOESTRATÉGIA GERAL E DA GEOESTRATÉGIA MILITAR

Nenhum Estado pode ignorar a geografia ao fixar seus objetivos e, em decorrência, sua política e estratégia. A geografia é o fermento principal das aspirações e dos interesses nacionais que, captados pelo Estado, se devem traduzir nesses objetivos. Realmente, seria difícil admitir-se, por exemplo, a nação suf-

ça, tendo por morada um território pequeno, mediterrâneo, montanhoso, encravado no centro da Europa, alimentar aspirações a interesses semelhantes aos de uma nação norte-americana, 31 vezes mais povoada e estendida em território 228 vezes maior, debruçada sobre amplas costas beirando os dois maiores oceanos do planeta. Por mais próximos que sejam os ideais humanísticos e democráticos de ambas as nações, a desproporção da geografia infunde aos seus povos aspirações e interesses de

dimensões dissemelhantes que se refletem inelutavelmente em suas políticas e estratégias.

A estratégia que, no passado, foi exclusivamente a arte dos generais, é hoje a arte dos estadistas. O escritor norte-americano Robert Strausz-Hupé diz que o estadista moderno apropriou-se da estratégia militar, dela extraíndo a sistematização do pensamento para a elaboração de minuciosa metodologia de ação política. Mas a política (concepção) e a estratégia (ação) são inseparáveis dos limites geográficos de sua aplicação. A expressão geográfica e o instrumental técnico-científico, industrial e militar de que dispõem os Estados Unidos e a União Soviética permitem que ambos possuam uma política e uma estratégia de âmbito mundial, pois contam com meios que lhes permitem estar presentes, quase que instantaneamente, em qualquer parte do planeta. Já as potências médias têm um poder de ação política e estratégica geograficamente menor.

Assim, pelo que observamos hoje no mundo, a capacidade de ação política e, portanto, os limites de estratégia de um Estado variam na razão direta de sua expressão geográfica (fonte essencial de seus recursos humanos e materiais), sua cultura e seu desenvolvimento científico, tecnológico, industrial e militar. A esses valores concretos, o Prof Ray Cline acrescentou dois subjetivos mas igualmente efetivos: vontade nacional e bom projeto estratégico.

Depois que o filósofo inglês Fran-

cis Bacon (1561-1626), através do livro *Novum Organon*, revolucionou o campo do saber introduzindo a observação e a experiência humana como instrumento científico válido, permitindo o surgimento das ciências sociais e políticas baseadas na experiência histórica, começaram a apontar as concepções geopolíticas fundadas na observação de como a geografia, através dos milênios da façanha humana sobre a terra, havia influído na formulação do poder político.

Nascem desse veio — do conhecimento baseado na experiência — as idéias do Almirante norte-americano Alfredo Tahyer Mahan (1840-1914), expendidas em inúmeros livros em que estuda a influência do poder marítimo através da história; por isso o Alm Mahan é considerado o pai da teoria do poder marítimo. Realmente Mahan teorizou os impulsos inspirados pelo mar aos povos de vocação navegante, desde os fenícios, passando por gregos, egípcios, romanos, venezianos, genoveses, castelhanos, portugueses, holandeses, franceses até o grande império marítimo inglês, que atingiu o seu apogeu com a Rainha Vitória.

Depois de Mahan, Sir Halford Mackinder, geógrafo e diplomata inglês, professor da Universidade de Oxford, através de suas publicações, conquistou os lauréis de criador da teoria do poder terrestre. É interessante observar-se que Mackinder, pretendendo criar uma concepção defensiva, visando a prevenir o poder

naval inglês contra os países continentais da Europa, acabou inspirando a grande arma ofensiva dessas nações. A teoria do heartland de Mackinder dominou o pensamento germânico durante as 1.^a e 2.^a Guerras Mundiais, e até hoje inspirava a estratégia soviética de domínio da grande “ilha mundial” formada pelos três imensos continentes contíguos, Europa, Ásia e África, abrigando 3/4 partes da superfície terrestre do globo e 3/4 da sua população. Depois dos efeitos internacionais da perestroika o pensamento estratégico soviético deve ser reexaminado. Mas, é preciso dar um prazo, para não correr o risco de um juízo precipitado.

Após a 1.^a Grande Guerra (1914-1918), quando a aviação militar teve o seu primeiro ensaio, apareceu a teoria do poder aéreo, lançada pelo aviador italiano Giulio Douhet com o livro *La guerre de l'air*, logo secundado pelos livros de Seversky e Mitchell.

Cada uma dessas teorias, consagradas pela importância que vêm tendo até os nossos dias nas concepções que orientam as estratégias militares das grandes potências, procura acentuar a predominância do fator correspondente — terrestre, marítimo ou aéreo (hoje aeroespacial) — na decisão do conflito militar do presente e do futuro.

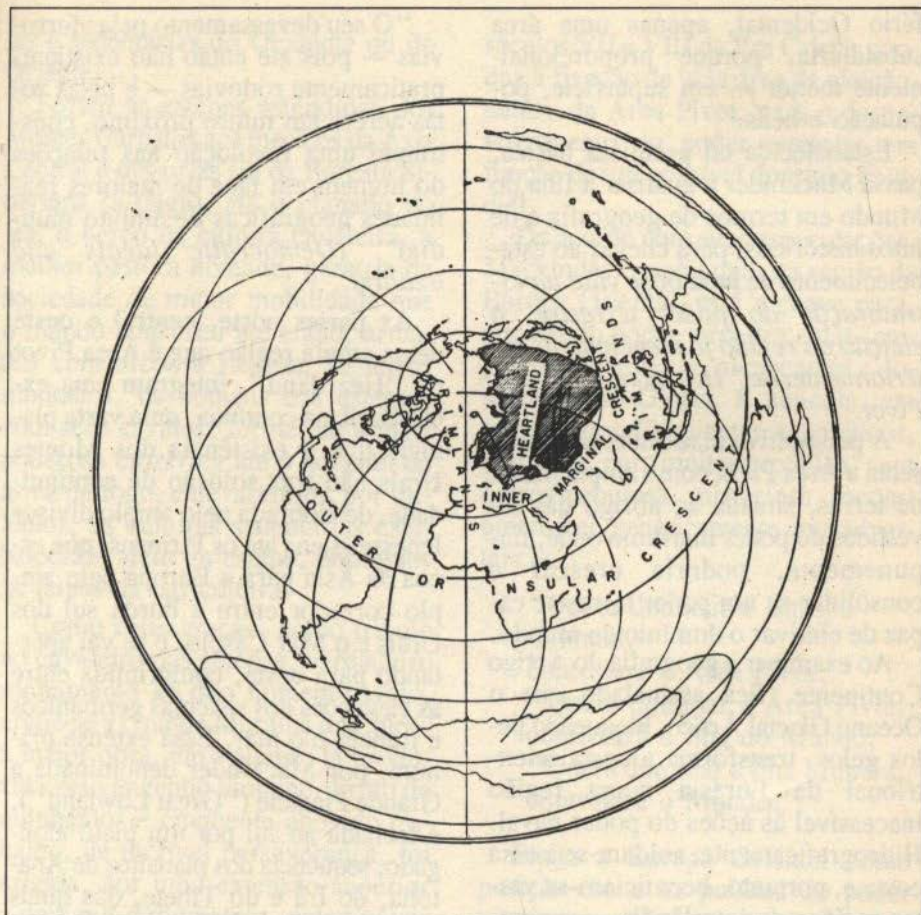
A ESTRATÉGIA DO PODER TERRESTRE

A estratégia do poder terrestre tem como seu principal teórico, como nos aludimos acima, Sir Halford Mackinder. Das obras do geógrafo e diplomata inglês, a que inspirou todas as formulações políticas e estratégicas que dominaram o pensamento das elites políticas alemãs desde o período de gestação da 1.^a Grande Guerra, com Guilherme II e seus filósofos políticos e estrategistas, até o colapso da Alemanha de Hitler, e que hoje influi decisivamente no pensamento político e estratégico do Kremlin, foi *The Geographical Pivot of History* (1904).

Em síntese, a concepção geopolítica de Mackinder se resume no seguinte:

Através da análise dos fatos geográficos no seu conjunto, e da interpretação de fatos históricos, procura Mackinder demonstrar que se processava, causada pela evolução dos meios terrestres de comunicações e pelo surgimento do avião, tendente a deslocar a hegemonia do mundo, até então em mãos de potências marítimas, para nações que detenham a posse de áreas terrestres vitais, ou seja, detentoras de poder terrestre.

Apreciando a geografia mundial em termos de terras e água, Mackinder observa que 9/12 do Globo é água e 3/12 é terra. Desses 3/12, correspondem ao Antigo Continente (Europa, Ásia e África) 2/12 e seu conjunto constitui o que Mackinder



chama de “Ilha do Mundo”. As terras restantes, 4/12, englobando a América do Norte e Central, a América do Sul e a Austrália, são cogominadas de “Ilhas Exteriores”.

A pesquisa histórico-geográfica efetivada pelo geógrafo inglês conduz à eleição de uma área, localizada na Ilha do Mundo, intitulada “Heartland” (Área Pivot, Área-Coração ou Coração Continental) que o autor pro-

jeta como essencial e básica para a estruturação e o desenvolvimento do poder terrestre.

A comparação das Áreas Geográficas — sociedades humanas, recursos naturais —, coexistentes nas diversas partes do Globo, permite concluir que a “Ilha do Mundo” é o verdadeiro centro de gravidade do poder mundial, sendo as Ilhas Exteriores ou, por ampliação, o Hemis-

fério Ocidental, apenas uma área subsidiária, porque proporcionalmente menor — em superfície, população e bens.

Estabelecida tal premissa básica, passa Mackinder a analisar a Ilha do Mundo em termos de geografia e de fatos históricos, para chegar ao estabelecimento de *uma base vital na estruturação do poder terrestre, à eleição da região já mencionada anteriormente, de "Heartland" ou Área Pivot.*

A perspectiva mackinderiana apresenta a Área Pivot como ampla massa de terras, situada ao abrigo das investidas do poder marítimo onde, impunemente, poderia crescer e consolidar-se um poder terrestre capaz de efetivar o domínio do mundo.

Ao examinar a geografia do Antigo Continente, fica assinalado que o Oceano Glacial Ártico, bloqueado pelos gelos, transforma a costa setentrional da Eurásia numa região inacessível às ações do poder naval. Hidrograficamente, soldam-se a essa costa e, portanto, beneficiam-se vastas regiões da interlândia, constituídas pelas bacias dos grandes rios siberianos — Obi, Ienesei e Lena — e, ainda, as terras das bacias interiores do Mar Cáspio, do Mar de Aral e do Lago Balkash — bacias dos rios Volga, Ural, Amu Dária, Sir Dária e Ili.

Essa imensa área, englobando aproximadamente a metade da Ásia e a quarta parte da Europa, está, através de condicionantes geográficas, liberada das solicitações da navegação marítima.

“O seu devassamento pelas ferrovias — pois até então não existiam, praticamente rodovias — e pelas rotas aéreas em futuro próximo, constituem uma revolução nas relações do homem em face de maiores realidades geográficas de âmbito mundial” (*Democratic Ideals and Reality*).

As partes norte, central e oeste dessa ampla região que é Área Pivot ou “Heartland”, integram uma extensão plana contínua, uma vasta planície que a existência dos Montes Urais não traz solução de continuidade, desdobrada pelo amplo divisor Ienesei-Lena até os Pirineus, que escoa da Ásia para a Europa pelo amplo corredor entre a borda sul dos Urais e o Mar Cáspio, e se vai apertando para oeste, comprimida entre as elevações dos sistemas germânicos e francês e o mar. Essa extensa planura, por Mackinder denominada a Grande Planície (“Great Lowland”), é fechada ao sul por um platô alongado, seqüência dos planaltos de Anatólia, do Irã e do Tibete, dos quais os dois últimos soldados à região hidrográfica ártico-continental.

A grande planície, livre de obstáculos, em grande parte revestida de vegetação herbácea, conubiando-se com a Estepe Euro-asiática, permitiu, no curso da história, os amplos deslocamentos dos povos cavaleiros oriundos do “Heartland” — Hunos, Tártaros, Mongóis, Alanos, Turcos, Cíntios, Magiares etc. — cuja superior mobilidade lhes permitia ações decisivas sobre as populações agríco-

las e sedentárias do Ocidente ou do Oriente.

Foram as estepes estendidas dos Montes Cárpatos aos maciços da Ásia Central e das orlas sul da floresta Siberiana (a taiga), até o planalto do Irã, o berço da cultura cavaleira, a melhor pastora nômade, geratriz da sociedade de maior mobilidade que o mundo conheceu até então; armados com arcos e flechas, besteiros montados, os homens das estepes, com seus cavalos, formaram a mais poderosa *blitzkrieg* até o advento da arma de fogo, e devastaram, por milênios, as culturas sedentárias estabelecidas além da estepe, entregues às fainas da agricultura.

Como consagração, como tributo ao cavaleiro das estepes, verdadeiro monumento ao duo homem-cavalo, ergue-se a Grande Muralha da China, a maior obra, em volume, já produzida pelo engenho humano. Fruto de quinhentos e cinqüenta anos de trabalho, de incrível perseverança, foi erigida, por uma extensão superior a dois mil quilômetros, pelos povos sedentários da China, na esperança de que as ondas cavaleiras procedentes do interior pudessem ser quebradas de encontro a seus bastiões.

A apreciação dos fatos históricos, a análise das incursões cavaleiras, não apenas oriundas das estepes do *Heartland* — Hunos, Tártaros, Mongóis, Mandchus e Turcos — como, também, das que se originaram nas estepes da Península Arábica, componentes da espetacular investida sarracena sobre a Cristandade nos

séculos VII e VIII da Era Cristã, conduz à fixação de uma área de eleição, dentro da Área Pivot, para o desenvolvimento do poder terrestre em função de um possível domínio mundial.

De acordo com suas especulações, Mackinder conclui que, na região da Europa Oriental, está a chave para, através do poder terrestre e das integrações sucessivas, alcançar-se a dominação do Globo. E anuncia, em termos grandiloqüentes e patéticos, a sua tese, para muitos profética, para outros nebulosa, misteriosa, incompreensível, genericamente uma advertência:

“Quem dominar a Europa Oriental,
controlará a Área Pivot;
“Quem dominar a Área Pivot,
controlará a Ilha do Mundo;
“Quem dominar a Ilha Mundial,
controlará o Mundo.”

Eleita a Europa Oriental como posição-chave na política do poder terrestre, verifica o autor inglês que duas nações européias estão em condições muito favoráveis para concretizar o domínio dessa região: Alemanha e Rússia.

Nenhuma das duas estava em condições de, *de per si*, alcançar o domínio desejado; aliadas ou através do controle da outra, uma delas poderia consolidar o que seria a primeira etapa na busca de controle mundial.

Assim, importava, para as Nações detentoras do poder marítimo, impedir que tal fato se realizasse, convindo

evitar que as duas nações citadas pudessem marchar para o objetivo — aliança ou predomínio — crendo Mackinder que o processo seria obstado pela ausência de fronteiras comuns. Daí a idéia preconizada em *Democratic Ideals and Reality* da criação de um cordão de estados-tampões na Europa Central, aceita pela Conferência de Versalhes e que originou a série de países — Finlândia, Estônia, Lituânia, Letônia, Polônia, Tcheco-Eslováquia, Áustria, Hungria, Sérvia-Croácia-Slavânia (hoje Iugoslávia) e Albânia — dos quais os oito primeiros têm a finalidade de estabelecer um verdadeiro “cordão sanitário” entre a Alemanha (de após 1ª Guerra) e a Rússia Bolchevique.

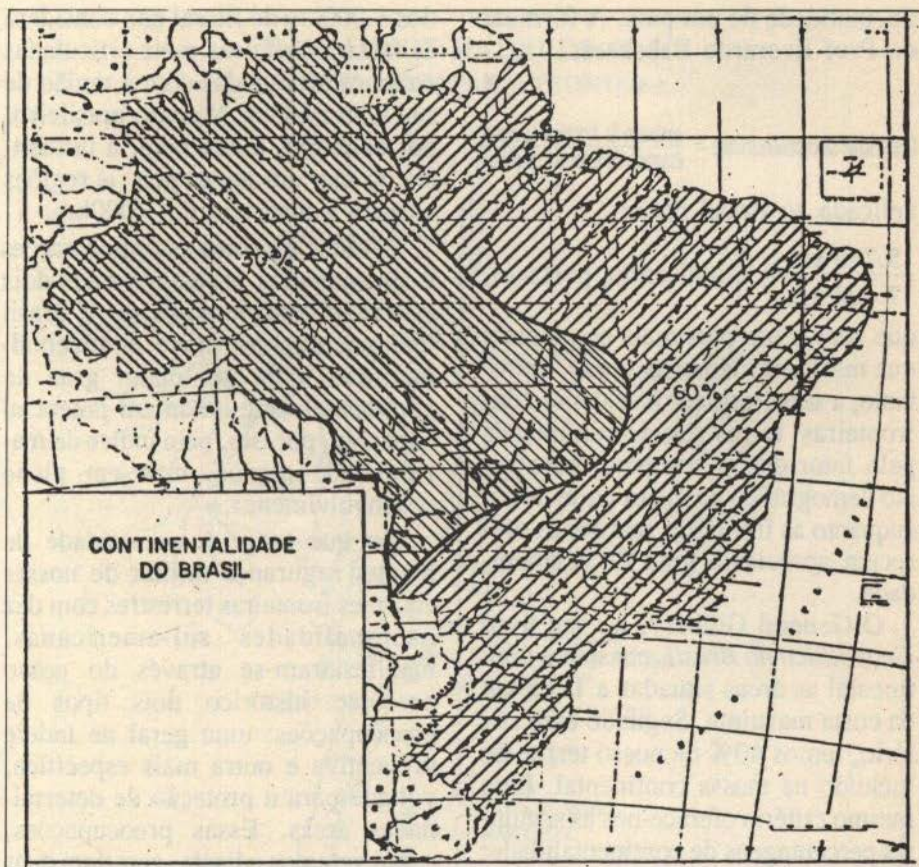
A CONTINENTALIDADE BRASILEIRA

As servidões de uma imensa continentalidade, como é o caso da Eurásia, que inspirou Mackinder, vinculam os esforços de sobrevivência de uma sociedade às suas aptidões para dominar os espaços terrestres. Essas considerações geraram os conceitos de poder terrestres.

No caso brasileiro, a consciência de nossa grandeza geográfica vem sendo um fator predominante na estratégia dos mais lúricos estadistas portugueses e brasileiros, desde os primórdios da descoberta e da colonização. Antes mesmo da viagem de

Pedro Álvares Cabral, antes portanto da terra de Vera Cruz receber o seu certificado de batismo, já o rei D. João II se empenhava junto ao papa Alexandre VI no sentido de remover para oeste do 1º merid. o demarcador do território que viria a ser o Brasil, garantindo assim, com a chancela do Vaticano, o alargamento das fronteiras da futura colônia.

É difícil admitir-se que a corte portuguesa já não tivesse uma informação sobre as terras que “seriam” descobertas. Nos primórdios da independência, o primeiro e grande estadista brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, nos seus famosos escritos *Lembranças e Apontamentos* (1821), redigidos como instrução aos deputados paulistas enviados à Corte de Lisboa, consignava os objetivos que estes deveriam ali defender, antecipando a vocação da nova nacionalidade prestes a desabrochar: “fundação de cidade no interior do Brasil (mais tarde, em 1823, José Bonifácio elegeu a região de Paracatu, em Minas Gerais, cerca de 200km de Brasília), onde deveria ter assento o governo nacional”. Justificava sua proposição: “da capital especialmente erigida no interior do Brasil abrir-se-iam estradas para as diversas províncias e portos de mar, de maneira a colocar o governo em posição central com comunicação em todo o País”. Não podia ser mais clara a consciência geográfica do Patriarca da Independência, tentando contrabalançar a tendência desde logo manifestada de concentrar-se o desenvol-



vimento no litoral, onde tudo se tornava mais fácil, voltando-se as costas para nossa imensa massa continental.

Esta estratégia, ligada à consciência de nossa continentalidade, manifestada por José Bonifácio em 1821, teve vozes defensoras no Império e na República, traduzidas nos esporádicos apelos de “marcha para o oeste”, mas somente veio encontrar

a disposição de realizá-la no governo Juscelino Kubitschek. Transferida a capital para Brasília, em 1960, o processo de desenvolvimento brasileiro passou a incluir, com maior prioridade, as áreas interiores da Amazônia e do centro-oeste, onde se encontram as nossas massas continentais.

Não há um critério universalmente aceito para avaliar-se o grau de con-

tinentalidade de um país. A fórmula do Prof Everardo Bakeuser,

Coefficiente de continentalidade = $\frac{\text{extensão da fronteira terrestre}}{\text{extensão da fronteira marítima}}$

aplicada ao Brasil daria:

$$\frac{15.719 \text{ km}}{7.408 \text{ km}} = \frac{2}{1} \text{ indicando, portanto,}$$

que somos um país mais continental que marítimo. No nosso caso, entretanto, a superioridade da extensão das fronteiras terrestres é minimizada pelo fator despovoamento, pelo vazio demográfico da maior parte delas, enquanto as fronteiras marítimas oferecem apreciável grau de ecumenidade.

O General Golbery, no seu livro *Geopolítica do Brasil*, considera continental as áreas situadas a 1.000km da costa marítima. Segundo esse critério, temos 40% de nosso território incluído na massa continental. Esse mesmo critério oferece-nos as seguintes percentagens de continentalidade: Europa 7%, Ásia 32%, África 27%, América do Norte 10%, América do Sul 16%, Austrália 0%.

Devemos convir que nenhum desses critérios tem um valor absoluto no nosso caso, mesmo porque temos um território ainda em processo de expansão. O de Backeuser não leva em conta o fator fronteira viva e fronteira morta. A fronteira morta contém um potencial de continentalidade que só se concretizará quando a mesma se incorporar a um sistema sócio-econômico desenvolvido. A fórmula

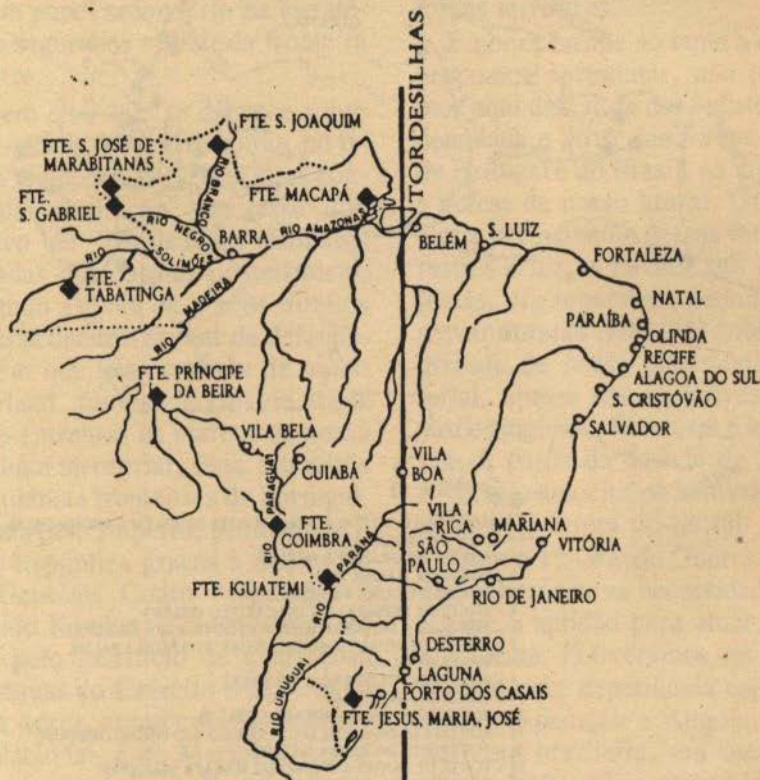
dos 1.000km do litoral não considera as faixas litorâneas mais articuladas e menos articuladas com a região de sua hinterlândia. No caso brasileiro, por exemplo, ainda hoje, a influência do mar em muito poucas regiões alcança a distância de 1.000km.

Levadas em conta as compensações e ajustamentos necessários aos dois critérios, consideramos ser o Brasil um país do tipo misto continental-marítimo, com um maior grau de continentalidade ainda em potencial superado, por isto, pelo índice de maritimidade menor, mas em pleno desenvolvimento.

No que tange à necessidade de manter segurança militar de nossas enormes fronteiras terrestres com dez nacionalidades sul-americanas, manifestaram-se através do nosso processo histórico dois tipos de preocupações: uma geral de índole preventiva e outra mais específica, voltada para a proteção de determinadas áreas. Essas preocupações, como veremos adiante, gerariam duas estratégias, uma de vigilância e outra de cobertura.

O zelo em preservar os nossos limites territoriais reconhecidos pelo Tratado de Madrid (1750), que oficializou a façanha de alargamento de nossas fronteiras por ação dos bandeirantes ao Sul, Oeste e Norte do Meridiano de Tordesilhas, fica sobejamente patenteado na obra hercúlea de instalação de colônias militares e construção de fortins nos extremos territoriais, testemunhos ainda hoje de nossa admiração à intrepidez da-

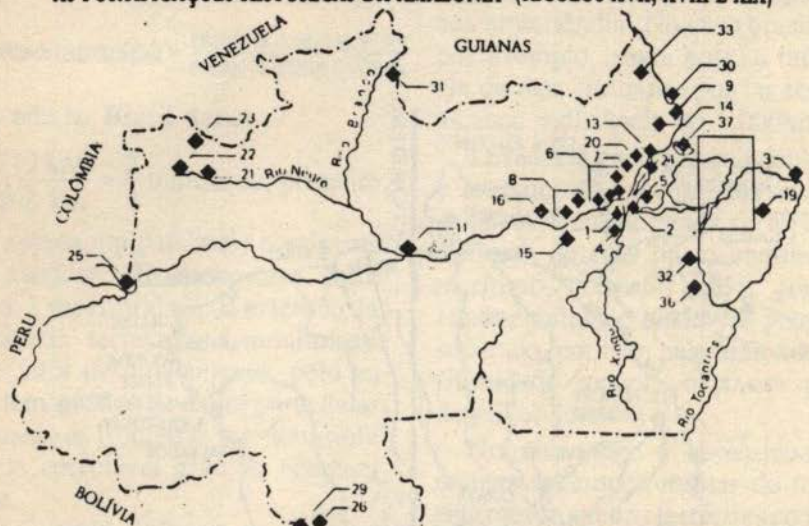
TRATADO DE MADRI DE 1750
OS FORTES BALISARAM A FRONTEIRA



queles que foram capazes de erigir, artilhá-los e mantê-los nos confins da Amazônia e de Mato Grosso. Aí estão os fortins reveladores do espírito de vigilância dos portugueses e mamelucos: Presépio, na boca do Amazonas, Macapá nas proximidades das lindes com a Goiana Francesa, S. Gabriel (rio Uru-pês), Cucui (rio Negro), S. Joaquim

(rio Negro), Tabatinga (rio Solimões), Príncipe da Beira (rio Guaporé), Coimbra (rio Paraguai), Iguatemi (rio Iguatemi), este último de conexão entre as fortificações da fronteira Mato Grosso-Amazônia com a fronteira meridional. Ao sul do fortim de Iguatemi, onde começava uma fronteira mais povoada e mais viva, vemos: Santa Tecla, Je-

AS FORTIFICAÇÕES HISTÓRICAS DA AMAZÔNIA (SÉCULOS XVII, XVIII E XIX)



□ — ÁREA DE LOCALIZAÇÃO DOS FORTES DE BELÉM E VIZINHANÇAS (VER NA LEGENDA)

- 1 — FORTES DE ORANGE E NASSAU
- 2 — FORTE DE MARIOCAI
- 3 — FORTES DE CUMÁ E CAETÉ
- 4 — FORTE DE PRESEPIO OU DO CASTELO (BELÉM)
- 5 — FORTALEZA DE SANTO ANTONIO DE GURUPÁ (GURUPÁ)
- 6 — FORTES DE MURUTU, MANDIUTUBA, TORREGO E FELIPE
- 7 — FORTE DE CUMAÚ
- 8 — FORTES DO DESTERRC E DO TOERÉ
- 9 — FORTE DO ARAGUARI
- 10 — FORTE DE S. PEDRO NOLASCO (BELÉM)
- 11 — FORTALEZA DE S. JOSÉ DA BARRA DO RIO NEGRO (MANAUS)
- 12 — FORTALEZA DA BARRA (BELÉM)
- 13 — FORTE DE SANTO ANTONIO DE MACAPÁ (MACAPÁ)
- 14 — FORTE DO RIO BAIAROQUE
- 15 — FORTALEZA DE SANTARÉM OU DOS TAPAJÓS
- 16 — FORTE DE ÓBIDOS OU DE PAUXIS
- 17 — FORTE DO PARU (ALMERIM)
- 18 — FORTIM E BATERIA DE ILHA DOS PERIQUITOS (BELÉM)
- 19 — CASA FORTE DO GUAMÁ (OUREM)
- 20 — VIGIA CURIAU
- 21 — FORTE DE SÃO GABRIEL (UAUPÉS)
- 22 — FORTE DE SÃO JOAQUIM (RIO NEGRO)
- 23 — FORTE DE CUCUÍ (MARABITANAS)
- 24 — FORTALEZA DE MACAPÁ
- 25 — FORTALEZA DE TABATINGA
- 26 — FORTE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
- 27 — REDUTO DE SÃO JOSÉ (BELÉM)
- 28 — BATERIA DE VAL-DE-CANS (BELÉM)
- 29 — FORTE DO PRÍNCIPE DA BEIRA
- 30 — FORTE DO CABO NORTE
- 31 — FORTE DE SÃO JOAQUIM
- 32 — FORTE DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ (TUCURUÍ)
- 33 — FORTES DO CABO NORTE
- 34 — BATALHA DE SANTO ANTONIO (BELÉM)
- 35 — FORTE DA ILHA DOS PERIQUITOS (BELÉM)
- 36 — FORTE DA CACHOEIRA DE ITABOCA
- 37 — VIGIA DA ILHA DE BRAGANÇA

sus Maria José e Rio Grande. Omitimos desta lista muitas obras fortificadas menores e que desempenharam papel secundário na estratégia de segurança militar da fronteira terrestre.

Quem quer que se debruce sobre a estrutura de nossas fronteiras, no final do século XVIII, não poderá conter sua admiração ante esse dispositivo de fortificações militares plantadas nos confins do território, balizando a linha de nossos direitos e a nossa decisão militar de defendê-los. Em que pese o vazio de nosso hinterland, fomos capazes de erigir nesses extremos os marcos de nossa soberania territorial. Essa estratégia de vigilância fronteiriça de Portugal, herdada pelo Império, prolongando-se na República graças à dedicação dos Generais Couto Magalhães e Cândido Rondon, e conservada, até hoje, pelo sacrifício de guarnições longínquas do Exército e desvelo da Força Aérea, através do Correio Aéreo Nacional, e da Marinha, representa a prova mais eloqüente de nossa sensível consciência geográfica. A esta permanente preocupação, através de quase 500 anos de história, devemos a conservação incólume de nossos direitos territoriais.

Os conceitos de *fronteira vigiada*, nos pontos permeáveis dos espaços vazios, e de *fronteira protegida por força de cobertura*, nas áreas lindieras mais povoadas ou onde existam antagonismos em presença, vieram se consolidando no decorrer de nossa história como necessidades inarredá-

veis de nossa política de segurança. Transformaram-se na principal fonte do pensamento estratégico de nossas forças terrestres.

Embora escape ao tema a que nos propomos apresentar, não poderíamos aqui deixar de dar ênfase à ação denodada e ativa das forças navais, de Portugal e do Brasil, na vigilância e defesa de nosso litoral. Graças ao alerta permanentemente dessas forças terrestres e forças navais, ora atuando juntas, ora separadas, pudemos preservar durante estes 500 anos a integridade de nosso patrimônio territorial, apesar das tentativas de invasões inglesas, francesas e holandesas. A partir da década de 1920, a FAB veio associar-se à missão da vigilância e defesa do litoral.

Com a 1.^a Grande Guerra começa a se esboçar nova necessidade estratégica: a aptidão para atuar fora do continente. Já tivéramos em passado remoto uma experiência esporádica com a expedição a Angola, partida da costa brasileira, em meados do século XVII sob o comando do ex-Governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá. Essa expedição serviu ao menos para evidenciar um fator geográfico que hoje se tornou ainda mais nítido: a proximidade da costa oeste da África.

Por ocasião da conflagração bélica 1914/1918, tivemos o litoral ameaçado pela ambição alemã e nossas águas costeiras invadidas pelos submarinos germânicos. A nova extensão geográfica que tomava a guerra, e a importância que já apresentava o Bra-

sil no cenário internacional, nos fez vítima da agressão militar da Marinha alemã que afundou alguns navios mercantes brasileiros. Pela primeira vez, pressentimos que estávamos obrigados a dar uma resposta extracontinental. Despreparados, não pudemos efetivar esta resposta em mais do que enviar à Europa uma missão médica, alguns grupos de observadores militares, aprestar a Esquadra para a proteção do litoral e criar uma força terrestre de observação.

Passados 20 anos, após vários preliminares bélicos, irrompe a 2.^a Guerra Mundial. Mais uma vez a extensão geográfica do conflito nos envolve. O complexo geográfico — Estreito do Atlântico, os salientes do Nordeste brasileiro e do Oeste africano — passa a ter destacada importância estratégica. Funciona, ao mesmo tempo, como ponte estratégica entre os dois continentes e gargalo de controle da navegação atlântica. A ameaça dos alemães, após terem submetido a França de expandirem-se para suas colônias africanas, ocupando o saliente africano, um dos suportes da “ponte estratégica”, coloca o Brasil em estado de alerta. O nosso Nordeste adquire importância prioritária no cenário da estratégia nacional e também do Ocidente democrático. Sentimos a necessidade de proceder à mobilização militar dessa área, que passou a figurar como uma nova fronteira de cobertura para nossas forças terrestres até aquele momento com seus efetivos maiores articulados no Sul.

Ocupamos com efetivos ponderáveis a sentinela avançada do Nordeste: a ilha de Fernando de Noronha. Fortalecemos aí, também, a estrutura naval e aérea até então concentradas na região leste. Em seguida a essa ameaça, veio a agressão insólita dos submarinos alemães e italianos colocando a pique dezenas de navios mercantes brasileiros, a maioria à vista da costa brasileira, causando milhares de vítimas. O Brasil respondeu indo à guerra contra a Alemanha e Itália. Realizamos, para a época, notável esforço militar. Mobilizamos uma Força Expedicionária composta de um Corpo de Exército, três divisões de Infantaria e mais os serviços de apoio logístico correspondentes. Uma dessas divisões deslocou-se para o teatro de operações do Mediterrâneo e combateu na Itália, no âmbito do V Exército norte-americano. Nossa Força Aérea, igualmente, enviou um Grupo de Caças ao Teatro do Mediterrâneo. A Marinha de Guerra e a Força Aérea cumpriram árduas missões de vigilância do litoral e proteção do tráfego marítimo.

Dois efeitos resultaram de nossa participação na 1.^a Guerra Mundial (1914-18) e, particularmente, na 2.^a Guerra Mundial (1939-1945): despertou-se a consciência estratégica de que não poderíamos mais, por nossa importância como nação, por nossa posição geoestratégica e pela extensão espacial dos modernos conflitos bélicos, ficarmos confinados apenas aos problemas continentais e a agressões militares da mesma origem. Fizeram-

nos sentir ameaças de forças de outro continente, a sofrer a agressão dessas forças e obrigaram-nos a enviar nossas forças a combater fora do âmbito continental.

Sintetizando, diremos que as duas últimas conflagrações puseram-nos frente a ameaças e a agressões militares extracontinentais. Levaram-nos a preparar forças para combatê-las, conduziram-nos a teatros de operações africanos e europeus, enfim, abriram o leque de nosso pensamento estratégico. Lançaram-nos na esfera das preocupações estratégicas militares extracontinentais.

No período de pós-guerra, sucederam-se as missões extracontinentais no âmbito dos organismos de segurança coletiva: a presença de tropas do Exército na Força de Paz da ONU para a faixa de Gaza, região de Suez; o envio de observadores militares para a fronteira do Paquistão com a Índia; as missões de unidades de transportes da Força Aérea no conflito do Congo, integradas na Força de Paz da ONU; no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) a presença de um destacamento de forças terrestres (FAIBRAS), com apoio logístico da Marinha de Guerra e da FAB, integrando na Força Interamericana de Paz (FIP) por ocasião do conflito desenrolado na República Dominicana, na região do Caribe. Recentemente atendendo a solicitações da ONU e da OEA, enviamos nossos militares a Angola e à América Central (desmobilização dos contras da Neczogeec).

Essas missões além-mar, no quadro de forças de segurança coletiva, como que vieram reforçar as nossas preocupações com as missões extra-territoriais das nossas forças terrestres, fortalecendo as razões de necessidade para uma nova componente do conceito estratégico de nossas forças de terra.

TENDÊNCIAS DE ARTICULAÇÃO DAS FORÇAS TERRESTRES EM FACE DAS NECESSIDADES IMPOSTAS PELA EXPERIÊNCIA

Não há dúvida de que é a necessidade de segurança, comprovada através de um processo histórico, que forja o pensamento estratégico. No caso brasileiro, as forças terrestres acompanharam todas as vicissitudes e todos os episódios de nossa formação histórica e política. Captaram e viveram as exigências de vigilância e de cobertura, mormente no período colonial e durante o Império. Com a República, alguns antagonismos e pressões continuaram a exigir esses mesmos cuidados estratégicos.

Essa necessidade de segurança se impregnou no espírito das forças terrestres, e traduz no mapa do dispositivo de sua articulação: 1) vigilância ao longo da vasta fronteira Norte e Oeste; 2) cobertura na fronteira Sudoeste e Sul; 3) defesa territorial nas proximidades dos grandes centros portuários, em combinação com as forças navais e aéreas; 4) e por fim,

à idéia de criação de uma força especial, dispondo de meios de transporte aéreo e marítimo, para uma ação rápida no cumprimento de missão extraterritorial.

Procuramos comprovar que o pensamento estratégico de uma nação deve encontrar seus fundamentos nas necessidades de segurança militar, manifestados através de sua história, vinculadas às realidades geográficas de suas fronteiras terrestres e marítimas, suscitadas pelo dever de preservação do patrimônio territorial e pelas pressões e antagonismos que se traduzem em ameaças.

Para finalizar, em poucas palavras, diríamos que o pensamento estratégico de nossas forças terrestres, em consonância com o pensamento das forças armadas, encontra sua fonte inspiradora nas lições da história político-militar do país e nas servidões de sua geografia. Está traduzido nos Princípios que inspiraram o Projeto

FT-90 organizado na administração do Ministro do Exército General Leônidas Pires Gonçalves. Poderão ser assim sintetizados:

Em termos de segurança externa:

- vigiar a imensa fronteira vazia;
- proteger a fronteira viva;
- manter uma reserva altamente móvel em posição central;
- manter a possibilidade de atuar em missões extraterritoriais;
- alcançar a auto-suficiência em termos de indústria bélica nacional;
- ter sempre presente um programa de modernização da organização e do material bélico.

Em termos de segurança interna
(inspirados nos deveres decorrentes de segurança externa)

- vitalizar pelo desenvolvimento as faixas fronteiriças;
- integrar o território;
- robustecer a unidade nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ANCEL, Jacques — *Geographie des Frontieres*, Edit. Gallimard, Paris, 1938.
- BACKEUSER, Everardo — *Geopolítica Geral do Brasil*, Bibliex, Rio de Janeiro, Brasil, 1952.
- CASTRO, Therezinha de — *Brasil da Amazônia ao Prata*, Editora do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Brasil, 1983; *Geopolítica, Princípios, Meios e Fins*, Edit. Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Brasil, 1986.

- CLINE, Ray S. — *World Power Trends and Us Foreign Policy for the 1980*, Westview Press, USA, 1980; *World Power Assessment 1977 — A Calculus of Strategic Drift*, Georgetown University Press, USA, 1975.
- FERREIRA, Gil C. Dias — *A Faixa de Fronteira*, Revista do Clube Militar, 1989.
- GOLBERY, Couto e Silva, Gen — *Geopolítica do Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, Brasil, 1967.
- KANDT, Immanuel — *Critic of Judgement* (1790).

O PENSAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO — PROJEÇÕES DAS INFLUÊNCIAS

- KELLY, Philip and CHILD, Jack — *Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica*, Lynne Rienner Publishers — Boulder and London, Colorado, USA, 1988.
- LOWER, James Trapier — *Geopolitics and War, Mackinder's Philosophy of Power*, University Press of America, Washington D.C., USA, 1981.
- MACKINDER, Sir Halford J. — *Democratic Ideals and Reality*, New York, 1942.
- MAHAN — *The Influence of Sea Power Upon History*, Little, Brown and Co., USA.
- MONTESQUIEU, Charles Louis — *Le Esprit de Lois*, 1748.
- PRESTON James and KEMPTON Webb — *One World Divided*, editado por John Wiley and Sons, USA, 1980.
- SHARMA, R.C. — *Geopolitics of Strategic Basis*, Nehru University Press, Nova Delhi, Índia, 1975.
- SPYKMAN, Nicholas — *Estados Unidos Frente al Mundo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944; *America's Strategy and World Politics*, NY, 1942.
- TRAVASSOS, Mário — *Projeção Continental do Brasil*, Edição Brasileira, 1938; *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1942.
- VIANA, Helio — *História das Fronteiras do Brasil*, Bibliex, Rio de Janeiro, Brasil, 1961.
- VIVES, Vicens — *Tratado Geral de Geopolítica*, Barcelona (Espanha), Universidade de Barcelona, 1950.



livros, alguns destes editados pela BIBLIEX.

O General-de-Divisão RI CARLOS DE MEIRA MATTOS foi comandante do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, FAIBRÁS, como coronel. Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras e Infantaria Divisionária da 7ª Divisão de Infantaria (ID-7) em Natal, RN. Foi também Vice-Presidente da Junta Interamericana de Defesa, em Washington, EUA. Geopolítico de renome internacional. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Mackenzie, e um colaborador constante de nossas revistas militares e autor de inúmeros